

R\$2

(11) 9.4101-1917



opiniaosocialista



www.opiniaosocialista.com.br



@opsocialista



Portal do PSTU



@opiniaosocialista

EMPRESAS DE APLICATIVO IMPÕEM A ESCRAVIDÃO MODERNA

Regulamentação do governo Lula piora a vida dos
trabalhadores e abre a porteira para o fim definitivo da CLT
e dos direitos trabalhistas

Páginas 8 e 9



DIA DO TRABALHADOR

CSP-Conlutas realiza
atos classistas e de
luta pelo país

Páginas 16

INTERNACIONAL

Rebelião estudantil
contra genocídio
palestino varre os EUA

Páginas 15

RIO GRANDE DO SUL

Enxurradas provocam
mortes e evidenciam
catástrofe climática

Páginas 12 e 13

pág inadois

CHARGE



FALOU BESTEIRA

“É que fizemos alianças políticas para governar e, até hoje, todos os projetos que mandamos para o Congresso foram aprovados, de acordo com os interesses do que o governo queria”



Lula, no ato governista de “1º de Maio”. Pergunta: O presidente está falando da aprovação do Marco Temporal, pelo Congresso? Ou da bizarra criminalização do porte de drogas para uso pessoal? Nas duas votações, o governo fez corpo mole.

PRÉ-VENDA
30% DESCONTO
ATÉ 15/05



www.editorasundermann.com.br

FÓRUNS E REDES DE CIDADANIA

No Maranhão, comunidades rurais fecham rodovias contra a “Lei da Grilagem”



As comunidades rurais maranhenses, organizadas nos Fóruns e Redes de Cidadania, realizaram protestos no dia 30 de abril. Rodovias foram fechadas em todo o estado, contra a criminosa Lei de Terras (12.169/2023), denominada “Lei

da Grilagem”, sancionada pelo governador Carlos Brandão (PSB), no final do ano do ano passado. “A ‘Lei da Grilagem’ pretende liquidar de vez as terras públicas do Maranhão, entregando-as aos grileiros, aos latifundiários e ao agronegócio.

Este é apenas o início de uma série de atos, até que a ‘Lei da Grilagem’ seja revogada e que as terras públicas sejam destinadas aos camponeses e comunidades tradicionais”, diz a nota emitida pelos Fóruns e Redes de Cidadania.

EDUCAÇÃO

Professores da rede estadual de Santa Catarina estão em greve

Desde 23 de abril, professores e professoras de escolas estaduais de Santa Catarina estão em greve. Concurso público, reajuste salarial, garantia da hora-atividade, retirada de desconto de 14% sobre os aposentados e a descompactação da tabela são as reivindicações. O governador Jorginho Mello (PL) não negocia e age com medidas arbitrárias: desconto dos dias parados e ameaça de demissões de professores contratados. A



militância do PSTU está participando ativamente da greve, que segue forte. Em 30 de abril,

cerca de 11 mil professores protestaram na capital do estado, Florianópolis.



Expediente

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal da Editora Sundermann.

CNPJ 06.021.557/0001-95 / Atividade Principal 47.61-0-01.

JORNALISTA RESPONSÁVEL Mariúcha Fontana (MTb14555)

REDAÇÃO Diego Cruz, Jeferson Choma, Luciana Cândido

DIAGRAMAÇÃO Luciano Lasp

IMPRESSÃO Gráfica MarMar

CONTATO

FALE CONOSCO VIA WhatsApp

Fale direto com a gente e mande suas denúncias e sugestões de pauta

(11) 9.4101-1917

opiniao@pstu.org.br

Av. Nove de Julho, 925. Bela Vista - São Paulo (SP). CEP 01313-000



O país está indo bem para os bilionários capitalistas, mas não para os trabalhadores

Oesvaziamento do ato de “1º de Maio” governista, convocado pela maioria das centrais (como CUT, Força Sindical e CTB, com exceção da CSP-Conlutas, que organizou atos independentes e de luta), deveria servir de alerta ao governo Lula. Não se trata apenas de má convocação, como disse Lula, grande estrela do evento. É expressão tanto da perda de popularidade do presidente, como do aumento da desilusão com o governo. E, também, da diminuição da capacidade desses grandes aparatos sindicais em mobilizar suas bases, fruto do papel de desorganização que os governos petistas cumprem.

Lula, em seu discurso, passou uma visão de que está tudo indo bem e que basta aguardar as ações do governo que, logo, os trabalhadores colherão os benefícios. Disse que a inflação está em baixa, o emprego em alta e os salários subindo.

A realidade, porém, é que o desemprego ainda é uma dura realidade. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), em 2023, um a cada quatro domicílios sofria com algum grau de insegurança alimentar. Ou seja, mais de 64 milhões de brasileiros não saíam se teriam comida adequada ou suficiente.

Apesar da redução da pobreza em 2023, ainda estamos falando de 59,2 milhões de pessoas consideradas pobres, e 9,5 milhões sobrevivendo em extrema pobreza. A inflação dos alimentos é quase o dobro da inflação geral, afetando muito mais os trabalhadores do que os ricos.

PARA O GOVERNO, TRABALHADORES E APOSENTADOS SÃO OS VILÕES

Lula e Haddad aprovaram, juntamente com o Centrão e a direita, o Arcabouço Fiscal para atender os banqueiros. Tudo para garantir recursos no orçamento



público para remunerar banqueiros, através do mecanismo da dívida pública. Por isso, também ameaçam aprovar uma Reforma Administrativa, para atacar direitos dos servidores.

Não é à toa que o governo Lula vem impondo uma política de reajuste zero para os trabalhadores e trabalhadoras dos serviços públicos. Por isso, estamos vendo uma grande greve da Educação federal. E o governo, ao invés de discutir o atendimento das reivindicações, começa a falar em desvincular as verbas da Saúde e Educação. Ou seja, pretende transferir ainda mais recursos das áreas sociais para garantir os lucros do mercado financeiro.

E, como se não bastasse, Haddad ainda começa a cogitar uma nova Reforma da Previdência. Os planos de saúde aumentam de forma abusiva, enquanto a epidemia de dengue escanca-

ra a situação dos hospitais e da Saúde Pública. Enquanto isso, Jorge Moll, dono da Rede D'Or, aparece na lista da Forbes, como um dos mais ricos do país, com patrimônio de 4,5 bilhões de dólares (cerca de R\$ 23 bilhões), ao lado de Cândido Pinheiro, dono da Hapvida, com 2,6 bilhões de dólares (R\$ 13 bi).

Para o governo, quem deve pagar a conta da crise fiscal e econômica são os aposentados, os trabalhadores, e não esses bilionários capitalistas.

MARKETING E PEQUENAS CONCESSÕES NÃO REVERTERÃO DESGASTE

O presidente anunciou a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 2.800 e repetiu a promessa de que, até o fim do seu mandato, a isenção será até R\$ 5 mil. Mas ainda é bastante insuficiente.

Um bom ponto de partida seria sobretaxar os bilionários.

nar para todos, atendendo, também supostamente, os grandes empresários e os trabalhadores.

Mas isso é impossível, dado como o sistema capitalista funciona. Então, na prática, vemos que o governo serve aos bilionários capitalistas, enquanto os trabalhadores não veem sua vida melhorando. O resto é marketing.

OPOSIÇÃO DE ESQUERDA, SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIA

A ultradireita está à espreita, com peso e força. Bolsonaro, Tarcísio (que inclusive foi convidado ao “1º de Maio” governista), Zema e outros como eles gozam de boa popularidade e vem se preparando para as disputas municipais, mirando 2026. A políticas deles é tentar convencer a população de que o problema é que o governo Lula é socialista ou joga contra os interesses dos capitalistas.

Enquanto isso, Lula faz carinho na fera que pode lhe devorar. Basta ver os acordos costurados com os governadores bolsonaristas e como a base de apoio do governo estará presente em várias candidaturas da ultradireita nas eleições. O governo Lula é um leão contra os trabalhadores em greve e um gatinho mansinho com os governadores bolsonaristas.

Apoiar o governo Lula não ajuda a garantir as reivindicações dos trabalhadores nem a combater a ultradireita. Ao contrário, é preciso organizar os trabalhadores e trabalhadoras para enfrentar os capitalistas e esse Arcabouço Fiscal, feito por um governo que governa para os bilionários.

Por isso, precisamos construir, junto aos trabalhadores e a juventude, uma oposição de esquerda, revolucionária e socialista. Porque, até para enfrentar a direita bolsonarista, é preciso enfrentar o governo Lula.

**LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3UK3Yzx](https://bit.ly/3UK3Yzx)**

CRIMINALIZAÇÃO

PEC das drogas é mais um ataque à juventude negra e pobre

Emenda aprovada pelo Senado mantém a criminalização dos usuários prevista na atual Lei de Drogas, criada pelo governo Lula

 MARIA COSTA,
DO RIO DE JANEIRO (RJ)

No dia 16 de abril, o Senado aprovou o Projeto de Emenda Constitucional nº 45, de 2023, ou “PEC 45” ou “das Drogas”, com 53 votos a favor e nove contra. Com a medida, foi adicionado o seguinte parágrafo no Artigo 5º da Constituição: “a lei considerará crime a posse e o porte, independentemente da quantidade, de entorpecentes e drogas afins, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, observada a distinção entre traficante e usuário por todas as circunstâncias fáticas do caso concreto, aplicáveis ao usuário penas alternativas à prisão e trata-

mento contra dependência.” A PEC surge no contexto do julgamento que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a descriminalização do porte de drogas. O objetivo é bloquear alterações na atual Lei de Drogas que possam caminhar no sentido da descriminalização do uso de drogas. Mas, a sua motivação é mais profunda que uma mera rixa com o STF. Está ligada à necessidade de manter uma legislação que criminaliza e encarcela massivamente a juventude negra e pobre das periferias.

PROIBIÇÃO DAS DROGAS NÃO DIMINUI O SEU CONSUMO

Em 1961, aconteceu a “Convenção Única sobre Dro-

gas da Organização das Nações Unidas (ONU)”, que foi um marco no estabelecimento da proibição do uso de drogas psicoativas em nível global.

No entanto, todos os relatórios da própria ONU são categóricos em afirmar que, desde então, o consumo de drogas não só não diminui como aumentou exponencialmente: “Em 2020, estima-se que 284 milhões de pessoas no mundo, com idades entre 15 e 64 anos (...), usaram algum tipo de droga nos últimos 12 meses (...) representa um aumento de 26% em relação à 2010, quando o número estimado de pessoas que usaram drogas foi de 226 milhões”, explica o “Relatório Mundial Sobre Drogas 2022”, da ONU.



Foto: Raphael Alves

Desde então, assistimos à expansão meteórica do mercado mundial de drogas, um dos mais lucrativos do mundo. Aliás, é tão lucrativo tam-

bém graças à proibição, que faz elevar os preços e, ainda, permite que não se pague impostos sobre os lucros astronómicos deste negócio.

BALANÇO DO GOVERNO LULA “1”

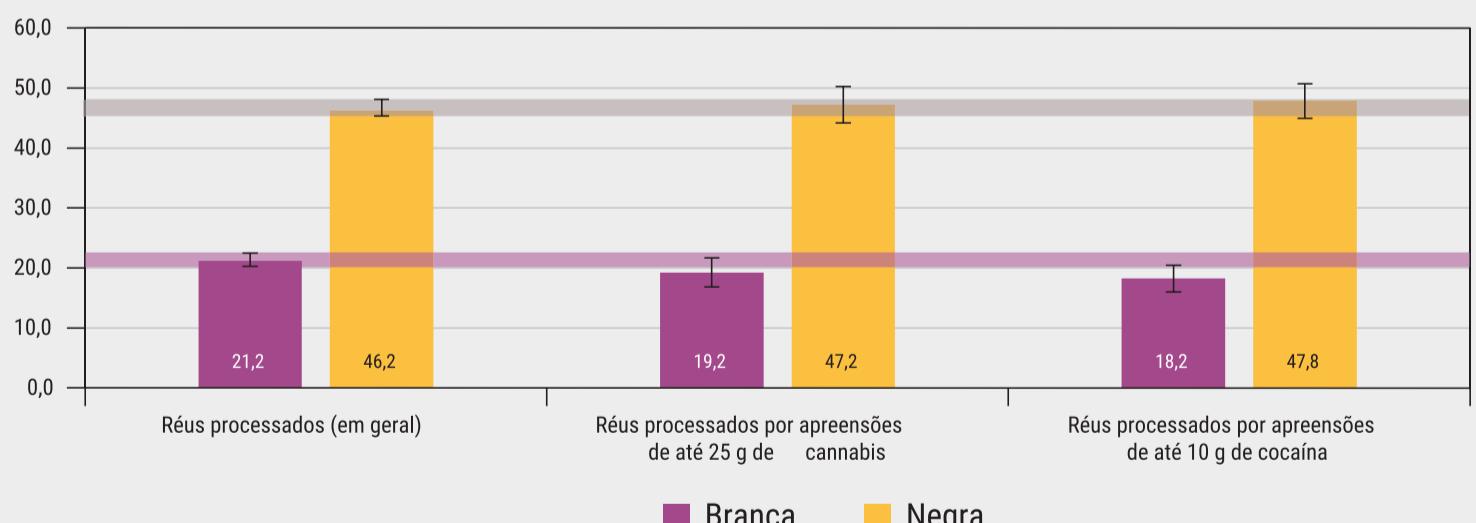
A atual Lei de Drogas criminaliza o usuário

Quando Lula assumiu o primeiro mandato, em 2002, os movimentos sociais aumentaram a pressão para a revogação da “Lei de Tóxicos”, editada pela ditadura, que criminalizava, igualmente, usuários e traficantes. As principais reivindicações eram a descriminalização do consumo e a retirada do tráfico de drogas, especialmente o tráfico de pequena monta, da lei dos crimes hediondos.

Já no apagar das luzes do primeiro mandato de Lula, foi aprovada a Lei 11.343/2006, que ficou conhecida como “Lei de Drogas”, um projeto de autoria do próprio governo Lula.

Pela atual Lei de Drogas, o usuário não pode ser preso, mas deve ser conduzido à delegacia, depois a um Juizado Especial Criminal, onde poderá receber advertência verbal, pena de prestação de serviço à comunidade, medida de comparecimento obrigatório

PESSOAS PROCESSADAS



a algum programa educativo ou multa. O consumo ainda é considerado crime.

SOB MEDIDA PARA CRIMINALIZAR PRETOS, POBRES E PERIFÉRICOS

Sobre a distinção entre usuário e traficante a lei diz o seguinte: “Para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atende-

rá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente.”

Ou seja, não é definindo nenhum critério objetivo. Assim, a diferenciação vai depender dos critérios subjetivos do policial que prende

em flagrante e do juiz que condena. Na prática os negros jovens e pobres são enquadados com traficantes, e os brancos de classe média como usuários. A lei endureceu a penalização do tráfico e passou a determinar que a pena seja sempre inicialmente cumprida em regime fechado, mantendo a tipificação de crime hediondo.



RACISMO

Lei está ligada ao encarceramento em massa da juventude negra e pobre

Após a aprovação da Lei de Drogas, em 2006, segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), a população carcerária aumentou 178%, de 361mil para cerca de 644 mil presos, no final de 2023. Esse aumento se deu fundamentalmente à custa dos presos por tráfico de drogas: em dezembro de 2005, os presos por tráfico eram 8% da população carcerária, 31mil pessoas; no final de 2023, eram aproximadamente 200mil, 31% do total, um aumento de 388%.

Em outubro de 2023, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) publicou uma nota técnica sobre a questão racial nos processos criminais por tráfico de drogas em São Paulo, decorridos no primeiro semestre de 2019. As conclusões são bastante categóricas:

1) Quando comparados aos brancos, negros são duas vezes mais processados por tráfico de droga quando trazem consigo pequenas quantidades de maconha ou cocaína (gráfico).

2) Pessoas negras têm maior probabilidade que as brancas de terem suas casas invadidas por policiais sem mandado judicial de busca e apreensão.

3) Há significativa redução na representação de réus negros nos casos em que a abertura do inquérito policial foi motivada por achados de investigações anteriores. Ou seja, negros têm maior probabilidade de serem abordados em patrulhamentos e presos em flagrante do que brancos.



Foto: Fotos Públicas

LIMITES



“Não está em discussão no STF a questão da legalização de drogas”

Essa foi a frase proferida por Barroso, presidente do STF, na abertura de uma sessão do julgamento, deixando nítido que uma resolução, a fundo, do problema da “guerra às drogas” não vai partir da Suprema Corte.

O julgamento, que começou há quase 10 anos, versava inicialmente sobre a descriminalização do porte de drogas. No entanto, com o passar do tempo, e dos votos de vários ministros, acabou por retroceder apenas para a descriminalização do porte de maconha, e pode fixar uma quantidade máxima para distinguir entre usuários e traficantes.

Em suma, ao longo do tempo, não só tem havido um retrocesso no alcance prático deste julgamento, como o próprio STF não está muito empenhado em

acelerar essa votação, que é suspensa quase toda a vez que recomeça e recorrentemente adiada.

Em relação ao momento atual, em que o porte de quantidades

PROGRAMA

Para combater o tráfico é preciso legalizar

A legalização das drogas é o primeiro passo para diminuir o consumo e combater o tráfico

Tal como o álcool e o tabaco, as drogas, como a maconha, a cocaína ou o crack, são um problema de Saúde Pública. Não passa pela cabeça de ninguém proibir o uso de tabaco por conta dos enormes problemas de Saúde que este causa. O que se tem feito são campanhas de conscientização sobre os problemas do seu uso, alta taxação de impostos sobre a sua comercialização e restrição dos locais de uso. O mesmo pode ser feito para o uso recreativo de outras substâncias.

A atual situação é mais grave ainda no caso da maconha, já

que cada vez mais estudos demonstram as propriedades terapêuticas da cannabis em doenças como epilepsia ou doenças neuro-degenerativas. A criminalização dificulta o acesso de pessoas doentes a um tratamento que poderia melhorar, em muito, a qualidade de suas vidas.

PERSEGUIÇÃO E PRISÃO DA POPULAÇÃO NEGRA

Mas, há algo em que, no Brasil, desde 1830 (leia abaixo), a proibição das drogas provou ser eficaz: a perseguição, criminalização e encarceramento dos negros e pobres.

Por isso, defendemos a legalização da produção, comercialização e consumo das drogas, sob controle do Estado. Os lucros das vendas devem ser colocados a serviço dos interesses da classe trabalhadora, em serviços públicos, transporte e moradia, em especial das periferias. Para além disso, devem ser investidos em campanhas de conscientização sobre o uso de drogas psicoativas e serviços de tratamento de usuários com problemas de adição.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3WizVFI](https://bit.ly/3WizVFI)

SAIBA MAIS

Criminalização das drogas está historicamente ligada à perseguição dos negros

A primeira lei no mundo que proibiu a produção, comércio e consumo de maconha foi aprovada em 1830, pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro: “É proibida a venda e o uso do Pito do Pango, bem como a conservação dele em casas públicas: os contraventores serão multados, a saber, o vendedor em 20\$000, e os escravos, e mais pessoas que dele usarem, em três dias de cadeia”, dizia uma lei da época. No início do século passado, um dos grandes impulsos dados à criminalização do uso de drogas foi garantido pela Medicina Higienista brasileira, que produzia inúmeros livros e conferências associando o consumo de maconha aos “vícios da raça negra”: “De fato, ninguém melhor que o negro, na sua natural indolência, para se habituar ao fumo de uma droga nativa, de fácil plantio e que lhe dava aspectos enganadores de coragem e de uma vida melhor.” (Maconha, coletânea de trabalhos brasileiros, Serviço Nacional de Educação Sanitária, Ministério da Saúde, 1958)

SAÚDE PÚBLICA

Crise no Ministério da Saúde não é só da saúde

 **ARY BLINDER,
DE SÃO PAULO**

As pautas de Saúde têm sido um tema frequente. Problemas no funcionamento dos sistemas de Saúde surgem a todo momento nos noticiários e nas conversas com amigos, colegas de trabalho e familiares.

Os gastos estatais e privados com Saúde não dão conta de garantir um bom funcionamento de hospitais, clínicas, Unidades Básicas de Saúde (UBS) e postos de Assistência Médica Ambulatorial (AMA).

A medicina liberal (consultórios e hospitais privados) nem de longe resolve os problemas da população, por conta de seus custos proibitivos para as famílias da classe trabalhadora e, inclusive, para a “classe média”. Os planos privados vivem uma crise crônica, com aumentos muito acima da inflação.

OS MOTIVOS APARENTEIS DA CRISE NO MINISTÉRIO DA SAÚDE

Em março, veio a público uma séria crise no Ministério da Saúde, que levou à de-

missão de diversos funcionários de seu alto escalão. Entre eles, responsáveis pela gestão dos hospitais federais do Rio de Janeiro, da Saúde Indígena, da vigilância e da atenção primária.

A crise tem diversos componentes. Além da epidemia de dengue, têm destaque os problemas dos hospitais federais no Rio de Janeiro, o enfrentamento da crise de atendimento da população indígena (por exemplo, a alta mortalidade do povo Yanomami), críticas sobre erros da Vigilância Epidemiológica no tocant



Nísia Trindade, ministra da Saúde.

te à dengue e a voracidade do Centrão em relação às verbas do ministério.

Os parlamentares, inclusive alguns de um espectro

mais “de esquerda”, ainda se aborreceram com a postura do ministério de usar critérios técnicos para as famosas emendas parlamentares.

QUEM CALA CONSENTE

Crise nos hospitais federais no Rio de Janeiro



Dengue explode no Brasil.

Quando o Sistema Único de Saúde (SUS) foi implantado, um dos critérios usados foi o de deixar a gestão dos equipamentos de Saúde mais próxima do controle da população usuária (o que se chamou de “des-

centralização”). É por isso que as Unidades Básicas de Saúde ficaram sob gestão municipal e os hospitais, em geral, ficaram sob gestão estadual ou municipal. A principal exceção se deu nos hospitais federais do

Rio de Janeiro (houve exceção também em Porto Alegre).

A crise dos hospitais do Rio não é de agora, vem pelo menos dos anos 1990. O que desencadeou a crise atual foram denúncias de corrupção com os gastos hospitalares. O ministério tentou fazer uma intervenção, para centralizar as compras e reduzir os gastos desnecessários, mas isso foi abortado por pressão de setores interessados em “manter as coisas como estão”, inclusive com ação de políticos da base do governo.

Esta guerra trouxe o conflito para a mídia, que a tornou pública. Chegou ao ponto do próprio presidente Lula dar um “puxão de orelhas” na ministra, Nísia Trindade, em

uma reunião ministerial. Lula, ao mesmo tempo, disse que a ministra não é substituível e faz parte da sua cota pessoal de ministros. Mas, ao dar o tal “puxão de orelhas”, forneceu combustível para o Centrão fazer todo tipo de crítica e exigência ao ministério.

AS RAÍZES DO PROBLEMA: SUCATEAMENTO E FALTA DE RECURSOS HUMANOS

Um dos maiores problemas dos hospitais federais no Rio é o sucateamento dos equipamentos de Saúde Pública. Por exemplo, avalia-se que haja a carência de contratação de mais de 10 mil funcionários. O problema foi supostamente resolvido com contratações temporárias, um mecanismo mui-

to ruim, pois necessita de recontratação de tempos em tempos, e, quando o trabalhador é treinado para uma função, logo tem de ser substituído.

A falta de recursos humanos tem como explicação a política de austeridade fiscal, que inviabiliza ou debilita os concursos públicos para servidores que querem ter uma carreira no SUS.

Os apoiadores da ministra argumentam que este problema não é de responsabilidade dela. O problema é que, neste caso, o Ministério da Saúde deveria trazer a público a questão e apresentar a solução, que seria realizar concursos; mas não o faz em nome da sustentação política a Lula e Haddad. Quem cala, consente.

DENGUE

A epidemia tomou o país

Outro foco da crise foi a lentidão nos procedimentos diante da epidemia de dengue. Desde o segundo semestre do ano passado, já havia uma percepção, nacional e internacional, de um agravamento dos casos de dengue.

O agravamento da dengue tem muitas causas, sendo a mais importante o aqueci-

mento global, agravado pelo El Niño, que aumentou os casos em vários países. Mas, é importante enfatizar que o Brasil é o campeão mundial de casos.

Uma das críticas ao Ministério da Saúde foi a demora em trazer a vacina, que chegou em uma quantidade pequena. O ministério se defende, argumentando que a produção

mundial de vacinas da dengue ainda é muito reduzida.

Isso é fato, mas também é fato que a chegada e distribuição nacional da vacina foi desordenada, com demora para a definição do público-alvo. Por fim, o público-alvo foi definido como a população de 10 a 14 anos, o que deixa a maior parte da população descoberta.

RECUSA IMPEDIU MAIOR PREVENÇÃO

A principal crítica ao ministério foi a falta de nitidez e agilidade em definir a epidemia como uma epidemia, o que facilitaria uma série de medidas, como maior ênfase nas medidas preventivas contra a expansão do mosquito, a possibilidade de usar a mídia

para campanhas para combater a proliferação do “Aedes aegypti”. A decretação oficial de epidemia ainda poderia ajudar no apoio aos municípios menores e na disseminação de novas formas de combater o mosquito, como foi o caso do uso de drones.

A distribuição de repelentes e a contratação emergencial

de agentes comunitários também teriam sido aceleradas. O fato é que estamos com 4,1 milhões de casos e 1.937 óbitos pela dengue. Há, também, 2.435 óbitos em investigação, segundo dados do próprio Ministério da Saúde divulgados em 29 de abril.

A dengue é uma doença sazonal ligada ao Verão, quando as altas temperaturas e as chuvas propiciam uma dissemina-

ção maior do mosquito. A expectativa, agora, é de início de redução de casos no Brasil.

No entanto, ainda estamos tendo situações como a da cidade de São Paulo, onde todos os distritos estão em situação epidêmica, conforme a Secretaria Municipal de Saúde. O distrito com maior índice de casos é a Vila Jaguara, com 10.598 casos para 100 mil habitantes; 35 vezes mais do que

os 300 casos por 100 mil habitantes, o patamar para ser declarada a epidemia de dengue.

COVID-19 CONTINUA MATANDO

Ainda sobre o tema da vacinação, tem havido queixas sobre a falta de vacina da Covid. O Ministério da Saúde não pode errar aí, pois a Covid segue existindo e matando ou deixando sequelas. Em 2024,

tivemos 573.143 casos de Covid e 3.154 óbitos no país, conforme dados, de 20 de abril, do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

A Covid segue matando bastante no Brasil e não é admissível não se encontrar a vacina nos postos de vacinação, já que, neste caso, o produto existe e está disponível, inclusive a partir da produção nacional da vacina.



SAÚDE INDÍGENA



A Saúde Indígena é uma competência legal do governo federal. No início do seu mandato, Lula, corretamente, declarou uma “Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional na Terra Indígena Yanomami”. As principais causas

desta situação de calamidade são o garimpo ilegal e o desmatamento. O último ano do governo Bolsonaro registrou o pico deste processo de degradação humana e ambiental.

Nos primeiros seis meses do governo Lula, houve uma queda de 80% no número de garimpeiros no território Yanomami. Porém, no segundo semestre de 2023, houve um importante crescimento de garimpeiros na região, levando a uma expansão do garimpo ilegal em 7%.

Além de promoverem o desmatamento, as atividades do garimpo trazem doenças para as quais os povos da floresta não têm imunidade, detonam a violência física contra os indígenas, dificultam ou impedem que possam seguir usando a

floresta para sua alimentação e impedem o acesso das equipes de Saúde que, assim, não tem como atender a população.

MORTES QUE PODERIAM SER EVITADAS

Os militares da região fazem corpo mole no combate a esses invasores. Só se preocupam em vigiar seus quartéis, conforme denunciam os indígenas. O resultado é a grande carência em relação à saúde dos povos originários.

Em 2023 ocorreram 308 óbitos em território Yanomami, dos quais 129 foram por doenças infecciosas e parasitárias (21%) e doenças respiratórias (21%). Casos destes tipos seriam facilmente tratáveis se o modelo de atenção à

saúde Yanomami funcionasse de forma plena.

A baixa mobilidade das equipes de Saúde no território, ligada à permanência do garimpo, impacta também na cobertura vacinal de crianças. A malária é um dos problemas ainda não solucionados. Mesmo sem os dados de novembro e dezembro de 2023, o ano acumulou mais de 25 mil casos.

SEM ATACAR O GARIMPO NÃO TEM SAÚDE INDÍGENA

A crise da Saúde Indígena não é de responsabilidade exclusiva do Ministério da Saúde. Para, de fato, melhorar este quadro seriam, sim, necessárias melhorias em temas que são de responsabilidade do ministério, como a fixação de profissionais

de Saúde na área, acabar com o desabastecimento das farmácias, combater a desnutrição infantil, otimizar a cobertura vacinal das crianças, acompanhar de perto os pacientes graves como os de malária.

Todas estas medidas, contudo, só teriam eficácia se houvesse uma mudança radical na postura do governo federal, tanto no enfrentamento do garimpo quanto na exigência por segurança nos territórios indígenas.

Para isso, o governo teria que se enfrentar com os militares e com os interesses empresariais por trás do garimpo ilegal e do desmatamento. A questão é que parte deste setor é base de apoio deste mesmo governo, que não tem demonstrado nenhum apetite em se enfrentar com o garimpo.

OLHO GORDO

A voracidade do Centrão e de outros parlamentares

O orçamento da Saúde, embora muito insuficiente para resolver os graves problemas existentes no setor, é disputado de forma brutal pelos parlamentares e prefeitos. É moeda de troca entre o governo federal e os parlamentares para a aprovação de projetos. No governo Bolsonaro, o Centrão se especializou ainda mais nisso, com a ampliação das emendas parlamentares secretas.

A Ministra da Saúde Nísia Trindade tentou usar critérios mais técnicos na viabilização destas emendas, gerando atrito e tensão nas relações entre o governo Lula e o Centrão. Este foi o motivo da “bronca” dada por Lula à ministra. Após esta reunião, o ministério “destravou” milhões de reais em emendas, na expectativa de melhorar a relação com o Congresso.

ULTRADIREITA CONTINUA INTERFERINDO NA SAÚDE PÚBLICA

Além dessa disputa entre os políticos e o ministério, existe outra, relacionada à “guerra cultural” que a extrema direita vem usando para aglutinar o apoio de setores religiosos, principalmente evangélicos.

Em março, uma resolução sobre a questão do aborto, emitida pelo ministério, irritou os parlamentares conservadores e o ministério teve que recuar. Existe, também, o tema das comunidades terapêuticas que estavam recebendo financiamento estatal, através do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

Fruto da mobilização popular, na última semana, foi aprovado pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) um parecer vetando a classificação destas comunidades como

parte do sistema de Assistência Social, portanto dificultando ou impedindo a liberação de verbas do Ministério da Saúde para tais comunidades. O financiamento das Comunidades Terapêuticas pode voltar para a Saúde, criando mais atrito entre o ministério e o Centrão.

PRIVATIZAÇÃO E CRIME ORGANIZADO

Por fim, a privatização da Saúde Pública vem avançando. O processo já vem de muitos anos, através de vários mecanismos, como a terceirização e Parcerias Público-Privadas (PPPs).

Os apoiadores de Lula carregam consigo esta contradição, pois boa parte é contrária à privatização da Saúde, enquanto seu governo acaba por incentivá-la. O caso da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSHER) é um exemplo disso.

Ganhou destaque nos últimos dias a notícia de que algumas Organizações Sociais da Saúde (OSSs) têm, por baixo do pano, o crime organizado, que as usam não só para ganhar dinheiro, mas principalmente para lavar dinheiro do tráfico de drogas. Este tema apareceu em São Paulo, mas certamente não ocorre só na metrópole.

LUTAR É O CAMINHO

Os apoiadores do governo federal argumentam que a crise no Ministério da Saúde é uma fabricação da oposição, que a ministra Nísia da Trindade é altamente técnica e que os problemas são herança de Bolsonaro. Ninguém questiona que Bolsonaro desmontou a Saúde e nem a capacidade técnica da ministra, que antes havia sido presidente da Fiocruz.

Mas não se trata de uma crise fabricada pela oposição. Houve, sim, a degola de vários cargos importantes no ministério, a crise da Saúde Indígena persiste, a pressão dos parlamentares continua muito intensa e o governo capitula e segue defendendo a privatização da Saúde na prática.

A política do “tudo em nome da governabilidade e do ajuste fiscal” é a responsável pela crise no Ministério da Saúde. E nada indica que Lula pretenda modificá-la. Para lutar contra isso, e garantir melhorias na Saúde, só resta ao povo trabalhador lutar por suas reivindicações, contra o ajuste fiscal e as privatizações, por mais verbas e contra a corrupção e as emendas secretas do Congresso. Isso significa lutar contra o governo federal e também contra a direita.

**LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/4A6N6AC](https://bit.ly/4A6N6AC)**

EXPLORAÇÃO DIGITAL

Empresas de aplicativo controladas por bilionários impõem a escravidão moderna

Regulamentação do governo Lula piora a vida dos trabalhadores e abre a porteira para o fim definitivo da CLT e dos direitos trabalhistas

 **DIEGO CRUZ E JÚLIO ANSELMO, DA REDAÇÃO**

Há um discurso muito difundido de que os aplicativos de serviços de transporte e entregas, como a Uber e a iFood, dentre outros, geraram novas oportunidades de trabalho e transformaram o trabalhador em patrão de si mesmo. Mas, a realidade por trás desse conto de fadas é bem diferente.

Nas empresas tradicionais, você é contratado em função do tempo que fica disponível e, em troca disso, recebe um determinado salário. A diferença do trabalho por aplicativo é unicamente que o tempo durante o qual o trabalhador fica disponível para a empresa é variável e, até certo ponto, controlado pelo trabalhador.

Contudo, não há garantia de salário e, para fazê-lo crescer, o trabalhador tem que se subme-

ter a jornadas extensas: 10, 12, 16 horas por dia. Em resumo, os motoristas e entregadores são trabalhadores assalariados remunerados de uma forma que aprofunda sua exploração, mas de uma maneira disfarçada.

O TRABALHO CONTROLADO POR ALGORITMOS CONTROLADOS POR EMPRESAS

A confusão se estabelece porque a remuneração dos motoristas também varia em função da quantidade de corridas realizadas, do tempo, da distância e do preço cobrado aos usuários.

Apesar disso, essas métricas não passam de critérios definidos pelas empresas para pagar o trabalhador pelo tempo em que ele ou ela trabalha. São as empresas que determinam, a seu bel prazer, o quanto deixam de pagar ao trabalhador a cada corrida.

Pode variar de 20% a 25%, na média, como no Uber, por exemplo, mas pode ser muito mais, a depender das condições do dia, determinadas pelos algoritmos do aplicativo.

Para fugir disso, bastaria trabalhar em outro aplicativo? Não adianta. Porque as práticas são iguais e esses aplicativos são monopólios de um punhado de empresas. Ou seja, o trabalhador não tem alternativa.

Aqui se acaba o mito de que o trabalhador seria seu próprio patrão por, supostamente, possuir seu meio de produção. Seu meio de produção não é o carro, mas o próprio acesso ao sistema do aplicativo.

TERCEIRIZADOS, SEM DIREITOS E SUPEREXPLORADOS

O veículo só é um meio de produzir se for aceito na plataforma. O trabalhador, além de



Motoristas de aplicativos protestam em frente ao Congresso Nacional contra projeto do governo

tudo, tem que garantir o carro ou a moto dentro dos padrões exigido pela empresa. Ou seja, a empresa terceiriza os custos deste meio de produção aos próprios trabalhadores. E ele, ainda, é obrigado a arcar com a manutenção e o combustível.

Essas empresas que utilizam trabalho por aplicativo, como Uber, iFood, Amazon, Mercado Livre e Loggi, são controladas por grandes fundos bilionários internacionais, que

utilizam tecnologia para superexplorar os trabalhadores.

Empresas que desconsideram qualquer lei trabalhista conquistada ao longo de décadas, promovem a precarização e o rebaixamento dos salários, aproveitando-se do desemprego e das habituais relações capitalistas, como a humilhação e o assédio dos patrões. E com uma brutal campanha ideológica para que o trabalhador não mais se reconheça como tal.

UBER APLAUDA

Governo Lula faz uma regulamentação ao gosto das empresas

Por que os próprios trabalhadores e trabalhadoras são contra a lei de regulamentação do governo Lula?

Não é, fundamentalmente, que sejam “de direita” e se considerem “empreendedores”, embora possa haver essa confusão. O problema fundamental é que a lei proposta pelo governo não garan-

te os interesses dos trabalhadores e, se não bastasse, conseguiu juntar o pior dos dois mundos. Nem têm os direitos do trabalho formal garantidos e, ainda, mexeu na suposta autonomia de tempo do trabalho informal. O problema central é que a lei manteve intactos os lucros exorbitantes desses monopólios capitalistas.

ENTENDA O PROJETO DO GOVERNO

R\$ 32 por hora trabalhada

R\$ 24 são gastos previstos (combustível, manutenção etc.)

R\$ 8 seriam o salário efetivo do trabalhador

44h/semanais garantiriam em tese um salário mínimo ao final do mês

INSS: Desconto de 27,5% sobre os R\$ 8 (20% pago pela plataforma e 7,5% pelo trabalhador)

O governo não garantiu uma remuneração mínima decente para os trabalhadores e trabalhadoras. Estabeleceu um valor mínimo de R\$ 32,10 para cada hora trabalhada. Parece muito, não? Mas, considerando que R\$ 24 se referem a gastos, daria um “salário” de apenas R\$ 8.

Além disso, o pagamento é por hora efetivamente rodada e não pelo tempo que o trabalhador estará disponível para a plataforma, seguindo a lógica do “trabalho intermitente”. Ao final, ele pode sair com menos de um salário mínimo. O governo também não tocou num dos principais temas cobrados pelos motoristas: a transparência e definição da repartição dos valores das viagens. Isto porque a Uber come parte cada vez maior dos valores das viagens.

GIRANDO A RODA DA HISTÓRIA PRA TRÁS

O limite de 12 horas de jornada, por sua vez, representa um retrocesso de um século nos direitos trabalhistas e, ainda assim, nada impede que o motorista atue 12 horas numa plataforma e 12 horas em outra. E, ainda assim, vendo sua remuneração diminuir.

O suposto direito à Previdência, que o governo alardeia, veio em base à definição de 20% de contribuição da empresa e 7,5% para o trabalhador, sobre o piso que a lei estabelece. Mas, hoje, muitos são Microempreendedores Individuais (MEIs), que já têm direito à aposentadoria, pagando o mínimo de R\$ 70.

E, no fim, as empresas irão repassar os 20% para o preço das corridas e os trabalhadores

terão, no término do mês, o salário menor com este desconto. Agora, vejamos: se a contribuição da empresa aumenta de acordo com a remuneração do motorista, é óbvio que as empresas irão, através de seus algoritmos, fazer de tudo para que ele não ganhe acima desse piso.

Não é à toa que os trabalhadores e trabalhadoras estejam protestando contra o projeto. Não foi à toa que a Uber e demais plataformas o aplaudiram. O governo Lula está institucionalizando o trabalho precário e abrindo a porteira para que todos os setores adotem esse mesmo sistema, enquadrando todos os trabalhadores na modalidade de “autônomos por plataforma”, sem direitos ou vínculo empregatício e totalmente à mercê das empresas.

QUEM CONTROLA A UBER

Para onde vai o dinheiro que a Uber não paga aos trabalhadores?

A Uber atua no Brasil e outros 70 países. É uma grande multinacional, que conta com um quadro de funcionários com pouco mais de 30 mil trabalhadores reconhecidos. Mas o real número de trabalhadores e trabalhadoras da Uber são os 5,4 milhões motoristas ao redor do planeta, sendo 1 milhão só no Brasil, sem vínculo empregatício ou qualquer direito.

Esses trabalhadores precarizados ao redor do mundo garantem os lucros dos bancos e megafundos de investi-

mentos que são os donos da Uber. Em 2023, ela lucrou 1,8 bilhão de dólares (cerca de R\$ 9,2 bilhões). Pode parecer pouco para uma empresa desse porte, mas foram anos de “prejuízos”, apesar das receitas anuais bilionárias (só em 2016, foram 20 bilhões de dólares, ou R\$ 102 bilhões), reinvestidos na expansão e na conquista do monopólio do setor. Uma expansão bancada pelos trabalhadores, à custa de uma remuneração rebaixada e jornadas de trabalho extenuantes.

SEMI-ESCRAVIDÃO

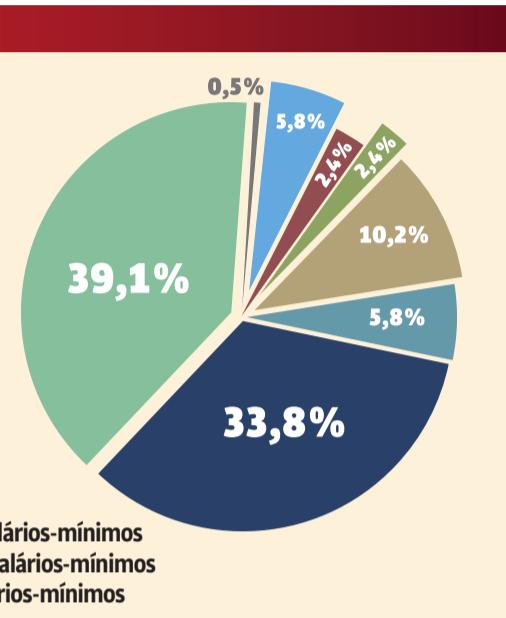
A exploração dos trabalhadores

Pesquisa realizada em 2022, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), na região metropolitana de Belo Horizonte, calculou o rendimento médio bruto do motorista em R\$ 5.351. O problema é que, após o trabalhador pagar gasolina, aluguel, prestação do automóvel, manutenção, internet, dentre outros gastos, essa remuneração caía para R\$ 1.763. E isso para uma jornada média de 51 horas semanais.

RENDIMENTO BRUTO (REGIÃO METROPOLITANA DE BH)

- Até 1 salário-mínimo
- Mais de 1 a 1,5 salários-mínimos
- Mais de 1,5 a 2 salários-mínimos
- Mais de 2 a 2,5 salários-mínimos
- Mais de 2,5 a 3 salários-mínimos

- Mais de 3 a 5 salários-mínimos
- Mais de 5 a 10 salários-mínimos
- Mais de 10 salários-mínimos



ACIONISTAS DA UBER

Acionistas	Quantidade de Ações	% participação
Morgan Stanley	147.344.351	7,32%
FMR LLC	127.656.671	6,34%
The Vanguard Group	117.715.663	5,85%
Yasir Ar-Rumayyan	73.228.782	3,64%
Dara Khosrowshahi	2.441.099	0,12%

IFOOD

Governo negocia com o iFood

A negociação do governo Lula para a “regulamentação” dos trabalhadores de aplicativos, como o iFood, é muito pior. Pelo que está sendo negociado entre a empresa, que monopoliza o serviço de entregas de comida no Brasil, e o governo, o valor mínimo ficaria por volta de R\$ 17 a hora, a metade do projeto da Uber. E nada de melhoria nas condições de uma das categorias que se transformou em símbolo de precarização, da superexploração e do descaso.

O iFood teve um lucro de R\$ 3,4 bilhões no ano passado, enquanto o entregador recebe R\$ 6,50 (como mínimo) na entrega, e R\$ 1,50 a cada quilômetro rodado (que teria sido reajustado para R\$ 3). Segundo levantamento do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), o rendimento do trabalhador varia



entre R\$ 807 a R\$ 3.000, dependendo da jornada, e sem qualquer direito ou garantia.

Mas, para onde vão esses bilhões produzidos por centenas de milhares de motoboys país? Apesar de ter sido fundado no Brasil, a empresa foi comprada, em 2013, pelo grupo Movile, que tem como acionista o bilionário Jorge Paulo Lemann. Em 2022, a Movile foi comprada pelo grupo holandês Prosus, cujo maior acionista é o fundo de investimento Nasper, da África do Sul.

APP SOB CONTROLE DOS TRABALHADORES

Expropriar as plataformas e os bilionários

Ao contrário do que argumentam as empresas, é possível ter maiores salários para os trabalhadores, trabalhando menos e com preços mais baixos para os consumidores, comparados com o que se cobra hoje. Mas, para isso, seria preciso acabar com os bilhões de lucros que vão para os bolsos dos acionistas e donos desses negócios.

A contradição, aqui, não está entre “consumidor” e “trabalhador”; mas entre os trabalhadores e os bilionários proprietários



dessas plataformas, que roubam o fruto do trabalho, não garantem qualquer direito e, ainda, batem no peito, na maior cara de pau, dizendo que estão gerando renda.

É preciso expropriar essas empresas, colocá-las sob o controle dos trabalhadores e trabalhado-

ras, garantindo carteira assinada e salário digno a todos, com plenos direitos, revogando as reformas Trabalhista, de Temer; e a Previdenciária, de Bolsonaro.

E isso é plenamente possível. Na verdade, é a única forma de garantir dignidade a esses trabalhadores e trabalhadoras. Mas, para isso, é preciso enfrentar os bilionários e não trabalhar para eles, como faz o governo Lula.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/4BEGGRU](https://bit.ly/4BEGGRU)

RAIO X DO IFOOD



Lucro: R\$ 3,4 bilhões

Proprietários: Prosus
(grupo holandês controlado pelo fundo de investimento Nasper, da África do Sul)

Entregadores: 250 mil

Remuneração por jornada (sem contar custos do trabalhador):
 - Média de 20h: de R\$ 807 a R\$ 1.325
 - Média de 40h: de R\$ 1.980 a R\$ 3.039

EDUCAÇÃO

Greve da Educação federal se enfrenta com o projeto econômico do governo Lula



PAULO BARELA,
DA CSP-CONLUTAS

A greve na Educação federal se estende sem que o governo apresente uma proposta que contemple as reivindicações da categoria. Na última reunião da Mesa Setorial de Educação, a oferta do governo ficou muito aquém do que está sendo reivindicado pelos docentes e técnicos, tanto das universidades federais quanto dos institutos federais de ensino.

No geral, com algumas variações, as categorias reivindicam mais de 20% de reposição emergencial, além da reestruturação das carreiras e aplicação de 5% no “step” (progressão horizontal), além de outras reivindicações.

O governo, até agora, só acenou com 9%, a partir de janeiro de 2025; e 3,5%, a partir de 2026. Ou seja, nada para o ano de 2024, índices totalmente insuficientes para os demais anos e quase nenhum avanço nas carreiras.

PARA OS BANQUEIROS, TUDO. PARA O FUNCIONALISMO, “ZERO”

A oferta do governo Lula/Alckmin foi total e amplamente rejeitada pelas assembleias

das entidades que representam os docentes, servidores e técnicos das universidades federais e instituições federais de ensino (Andes-SN, Fasubra e Sinasefe, respectivamente), ao mesmo tempo em que a greve se amplia, especialmente dentre os docentes das universidades federais.

A postura dos negociadores do Ministério de Gestão nas mesas de negociação vem ao encontro da política econômica do governo Lula, no sentido de preservar as limitações orçamentárias do Arcabouço Fiscal e do déficit zero.

Assim, ao mesmo tempo que corroboram com a sangria do pagamento da dívida pública e a liberação de recursos para incentivo ao empresariado de uma forma geral, não deixam dúvidas de que, para eles, a prioridade é atender aos setores burgueses e limitar ao máximo qualquer concessão ao funcionalismo e aos movimentos sociais.

LIMITES DAS DIREÇÕES SINDICAIS

Infelizmente não foi possível ampliar a greve para outros setores do funcionalismo federal. E isso tem muito a ver com a política das direções sindicais, que não apostam no pro-



cesso de mobilização e buscam evitar uma generalização das lutas no funcionalismo.

Prova disso é que aceitaram a chantagem do governo que exige a assinatura em um termo de compromisso, que consolida o reajuste ZERO para 2024. Proposta que estas direções defendem e conseguiram aprovar na maioria das entidades.

Porém, os custos com benefícios sociais são considerados “verbas de custeio” e, portanto, não exigem projeto de lei ou aprovação do Congresso Nacional. Basta um de-

creto da Presidência da República. Assim, essas direções se configuram como sócias do governo Lula/Alckmin em sua política de arrocho salarial.

UMA VITÓRIA NA EDUCAÇÃO PODERIA FORTALECER OUTRO SETORES

É, portanto, fundamental que esse movimento seja cercado de solidariedade e apoio. A greve da Educação federal se enfrenta com o próprio programa econômico do governo e sua estratégia neodesenvolvementista, que investe no se-

tor empresarial e reduz investimentos orçamentários em políticas públicas.

Não teria pouco significado que, dentro da atual conjuntura, os servidores saíssem vitoriosos dessa greve, o que serviria de exemplo para outros movimentos da classe trabalhadora que sofrem com as políticas dos governos de Lula, dos governadores e dos prefeitos em todo o país.

Todo apoio à greve da Educação Federal!

Lula, atenda as reivindicações dos servidores!

GREVE NAS IFES

Governo segue enrolando, mas mobilizações aumentam



**WELBSON MADEIRA,
DE SÃO LUIS (MA)**

Ao final de abril, após mais de um mês de greve dos Técnicos Administrativos na Educação (TAES), de quase duas semanas de greve de docentes nas Instituições Federais de Ensino (IFES), de diversas mobilizações nos estados e de uma jornada de lutas em Brasília, o governo apresentou propostas que, de fato, não contemplam as pautas apresentadas, mas confirmam a importância das greves e das lutas.

Por um lado, está mantida a proposta de reajuste zero nos salários em 2024 e imposição de um reajuste apenas nos benefícios (auxílio alimentação, auxílio

lio creche e contrapartida nos planos de saúde), excluindo os aposentados de qualquer reposição de perdas.

Além disso, não foi apresentada nenhuma proposta concreta que ponha fim às distorções nas carreiras e o governo também não se comprometeu a revogar diversas medidas autoritárias impostas pelo governo Bolsonaro.

MOVIMENTO RESISTE ÀS PROPOSTAS REBAIXADAS

Por outro lado, a última contraproposta (apresentada no dia 19 de abril), de reajuste zero em 2024 e de novos reajustes, que não repõem sequer as perdas, apenas em 2025 e 2026, foi rejeita-

da pelas categorias representadas pela Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra), pelo Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe) e pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN).

Maio começou com greves de TAES em mais de 60 de universidades, e de docentes da base do sindicato nacional de docentes do ensino superior em mais de 40 IFES, entre universidades, institutos federais e Cefets.

Apesar de alguns dirigentes sindicais recomendarem



**LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3UIRGAX](https://bit.ly/3uirgax)**

assinatura de acordos rebaixados, como uma forma mal disfarçada de tentarem acabar com as greves e pouparem o governo de desgastes políticos, as mobilizações estão em ascenso, na luta para que o go-

verno recue em sua posição de não garantir mais verbas e salários dignos nas universidades públicas, ao mesmo tempo em que segue privilegiando os setores rentistas e ligados ao agronegócio.

CONFLITOS NO CAMPO

Acampamento faz duras críticas a Lula e exigências pela demarcação de todas as terras indígenas

A 20ª edição do Acampamento Terra Livre aconteceu entre 22 e 26 de abril, em Brasília

 ROBERTO AGUIAR,
DA REDAÇÃO

Cerca de 9 mil indígenas, representando mais de 200 povos, de todas as regiões do Brasil, estiveram em Brasília participando da 20ª edição do Acampamento Terra Livre (ATL), cujo lema neste ano foi: "Nosso Marco é Ancestral: Sempre Estivemos Aqui!".

O evento teve como centro a cobrança ao presidente Lula (PT) pela demarcação de todas as terras indígenas. Os povos indígenas vêm questionando o petista, que não tem cumprido as promessas feitas. Lideranças indígenas presentes no ATL falarão em frustração com o presidente, que tinha prometido demarcar 14 territórios em 2023, mas apenas oito foram demarcados. Para 2024, a promessa foi de seis demar-

cações até abril e só duas foram concretizadas.

GOVERNO LULA: PROMESSAS NÃO CUMPRIDAS

"É lógico que quando você anuncia um número 'x' de demarcações e, na prática, você tem um número inferior a isso, Lula deixa a desejar", disse Yanukula Kaiabi Suia, presidente da Terra Indígena Xingu (Mato Grosso), ao portal "UOL", em entrevista concedida em 17/04/2024.

O não cumprimento das promessas também foi criticado no documento "Carta dos Povos Indígenas do Brasil aos Três Poderes do Estado", que foi entregue ao governo federal, em audiência com Lula, no último dia 25:

"Seguimos afirmando a urgência para as demarcações de nossas Terras! Presidente

Lula, não queremos viver em fazendas! A proposta feita de comprar terras para assentar nossos povos afronta o direito originário de ocupação tradicional, assegurado pela Constituição Federal de 1988. Já estamos no segundo ano de governo, e as suas promessas sobre demarcações continuam pendentes", diz o documento.

COBRANÇAS

A Carta contém 25 reivindicações, como, dentre elas, a demarcação dos territórios; a finalização imediata do processo de demarcação de 23 terras indígenas já em andamento; mais verbas para o Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e para a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai); empenho do governo federal para interromper a agenda anti-indígena no Con-



Cerca de 9 mil indígenas de todas as regiões do Brasil, estiveram em Brasília

gresso Nacional; melhorias na Saúde e na Educação indígenas; e política de segurança e proteção dos Territórios Indígenas.

As lideranças indígenas relacionam a violência, o assassinato e a invasão das terras indígenas à falta de demarcação dos territórios. "A não demarcação faz madeireiros,

mineradores e garimpeiros invadirem áreas indígenas. Eu sinto que o governo federal está faltando incidir mais na defesa dos povos indígenas", pontuou Auricelia Arapiuns, presidente do conselho deliberativo da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, também ao portal "UOL".

DECLARAÇÃO URGENTE DOS POVOS INDÍGENAS

"Já não podemos esperar mais tempo e precisamos de respostas concretas"

A audiência com o presidente Lula terminou com gosto de frustração com a falta de uma previsão para a solução das demarcações pendentes. Na marcha de retorno ao acampamento, lideranças indígenas questionavam a atitude do governo em discursos no carro de som.

Kleber Karipuna, liderança da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), ressaltou que não adiantava nada ter um Ministério dos Povos Indígenas (MPI) se o órgão não tinha autonomia financeira para tocar a pauta dos povos originários: "Somente criar e falar que tem um ministério não adianta. Precisamos garantir orçamento e equipe".

A pressão dos povos indígenas tem aumentado e obrigado as direções do movimento a intensificar o tom contra o gover-

no, o que não se via, já que parcela dessa direção está dentro deste mesmo governo. O tom da "Declaração Urgente dos Povos Indígenas do Brasil", aprovada na ATL é fruto dessa pressão.

DECLARAÇÃO DE GUERRA

O documento diz que já não se pode esperar mais tempo, que os povos indígenas precisam de respostas concretas por parte do governo e que a decisão de suspender a demarcação das terras indígenas e de aplicar a Lei 14.701 ("Lei do Genocídio Indígena") equivale a uma declaração de guerra contra os povos e territórios.

A declaração diz rejeitar qualquer tentativa do governo Lula de retomar políticas públicas sem garantir o essencial: a demarcação, proteção e sustentabilidade dos territórios indígenas em primeiro lugar.



Indígenas cobram respostas concretas por parte do governo Lula

"Qualquer iniciativa que não priorize esses aspectos será apenas uma medida paliativa e insuficiente. É fundamental que a demarcação de terras seja respeitada e protegida, sem desvios ou manipulações, incluindo ações que visem desvirtuar esse processo, como as declarações recentes do presidente Lula. Os direitos territoriais dos povos indígenas são inegociáveis e devem ser preservados a todo custo", diz o texto-manifesto.

AVANÇAR NA LUTA!

A indígena Künã Yporã Tremembé, também conhecida como Raquel Tremembé, do Povo Tremembé de Engenho,

no Maranhão, e militante do PSTU, ressalta a necessidade de avançar na luta contra o Marco Temporal e pela demarcação dos territórios, de forma autônoma e independente do governo.

"A nossa luta deve ser construída em unidade com os demais setores da classe trabalhadora. Só assim vamos fortalecer nosso esperanças de forma coletiva. E essa luta tem que ser de forma autônoma e independente do governo", diz Raquel.

"Pois só de forma livre podemos nos libertar do processo colonizador que ainda nos ataca. Será assim que vamos garantir a proteção e a demarcação de todos os nossos territórios. Lula tem que cumprir o que prometeu, não aceitamos mais ser enganados e enganadas", finaliza.

**LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3Y4GBWK](https://bit.ly/3Y4GBWK)**

RIO GRANDE DO SUL

Enxurradas provocam mortes e evidenciam catástrofe climática



PSTU-RS

Chove no Rio Grande do Sul, desde 27 de abril. Já são 154 municípios atingidos, com pontes caídas, alagamentos, deslizamentos de encostas e estradas bloqueadas. A região tem ao menos 10.242 pessoas desalojadas, 4.645 em abrigos, 36 pessoas feridas, 60 seguem desa-

parecidas e 31 mortes foram registradas até o momento em que fechávamos essa edição. A estimativa é de que 71.300 moradores tenham sido afetados pelas fortes chuvas.

De acordo com boletim da Defesa Civil do estado, mais de 500 mil pessoas estão sem água. Ao menos 270 mil pontes também sofrem com a falta de energia. Outros 86 municí-

pios estão sem serviço de telefonia e internet, das operadoras Tim, 52 (Vivo) e 42 (Claro).

ATÉ AGORA, É MAIOR CATÁSTROFE CAUSADA POR EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS

É o terceiro período de fortes chuvas desde o ano passado. Em novembro de 2023, houve cinco mortes e, em setembro, outras 50. Dessa vez, a região central do estado, bastante urbanizada, foi muito atingida. É uma área onde há uma grande concentração de córregos e rios, assim como muitas estradas e pontes, o que faz com que esta seja a maior catástrofe em consequência de eventos climáticos.

Além disso, no dia 2 de maio, a barragem da Usina Hidrelétrica 14 de julho, localizada entre os municípios de Cotiporã e Bento Gonçalves,

não suportou o grande acúmulo de água das chuvas e acabou rompendo parcialmente.

Na capital Porto Alegre, o nível do Rio Guaíba já atingiu 3,09 metros, (podendo subir ainda mais), enquanto a cota de alerta e de inundação são, respectivamente, de 2,50 m e de 3,0 m. O Cais Mauá está inundado e as comportas foram fechadas, para que água não passe para a Avenida Mauá e chegue ao Centro da cidade.

A tendência para os próximos dias é de agravamento da crise, pois muitas pontes e rodovias estão destruídas ou bloqueadas, impedindo o abastecimento de muitas cidades do interior.

OS MAIORES VITIMADOS SÃO OS MAIS VULNERÁVEIS

As vítimas se repetem. Muitas delas já tiveram suas casas, carros e pequenos negócios inundados e soterrados

pela terceira vez em poucos meses. E, pior, são os mesmos que choram os seus familiares e vizinhos mortos. Tragédias que poderiam ser evitadas, caso houvesse políticas preventivas, ao invés de tanta especulação imobiliária.

Chuvas, cheias e deslizamentos, no entanto, não afetam toda a população de forma igual. As mais afetadas são as pessoas pobres, que vivem nas chamadas áreas de risco e sofrem com a falta de moradia, de saneamento básico e de trabalho.

Agora, como nas tragédias anteriores, o enredo é o mesmo: governador, prefeito, ministros e o presidente sobrevoam as áreas atingidas; oferecem recursos emergenciais para minimizar uma pequena parcela da destruição; mas os problemas de fundo, e que provocam tanta morte e destruição, não são tratados.



Rio Guaíba em Porto Alegre no dia 2 de maio.

AUSTERIDADE FISCAL

Catástrofe climática se combina com tragédia social

É verdade que a crise climática tem piorado, por culpa dos capitalistas que lançaram toneladas de gases de efeito estufa na atmosfera. O resultado é que 2023 foi o ano mais quente dos últimos 125 mil anos, enquanto a concentração de dióxido de carbono (CO₂) é a maior dos últimos 800 mil anos, segundo dados científicos. O aquecimento global faz com que os eventos climáticos sejam mais intensos e frequentes. Isso explica as chuvas torrenciais que atingiram o estado.

Mas, também é verdade que a crise climática provocada pelo capitalismo se combina com a tragédia social provocada pelos governantes. Mesmo em tempos “normais”, os governos (municipais, estaduais e federal) não são capazes de dar condições dignas de moradia à população. Eles atendem aos interesses da especulação imobiliária, que financia as suas campanhas eleitorais, enquanto os mais pobres e vulneráveis são empurrados para as áreas de risco.

AUSTERIDADE FISCAL IMPEDE INVESTIMENTOS EM PREVENÇÃO

A tragédia social se agrava com a austeridade fiscal e com as privatizações. O orçamento federal de 2023 para a Gestão de Riscos e Desastres foi o menor em 14 anos. De 2013 a 2022, os sucessivos governos destinaram R\$ 19,9 bilhões para o setor.

Só 31% deste total, contudo, foram investidos em iniciativas de prevenção; enquanto 69% foram usados em medidas de socorro, assistência às populações vitimadas, restabelecimento de serviços essenciais (água, cestas básicas, itens de higiene e limpeza urbana) e reconstrução de locais destruídos. O restante do dinheiro vai para os banqueiros, garantido pelo Arcabouço Fiscal. Vale lembrar que Lula destinou 43% de todo o orçamento federal para o pagamento da ilegítima dívida pública, ano passado.

Essa é mesma lógica do orçamento da União é aplicada

nos estados e municípios. A desculpa é sempre a mesma: “não tem dinheiro”. Enquanto isso, o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) das grandes propriedades e daquelas destinadas à especulação imobiliária é baixo. Em 2023, o governador Eduardo Leite (PSDB) pagou R\$ 2 bilhões da alegada dívida do estado com a União e, mesmo assim, a dívida saltou de R\$ 82,4 bilhões para R\$ 92,8 bilhões.

PRIVATIZAÇÕES AGRAVAM A TRAGÉDIA SOCIAL

Há meses, o estado vem sofrendo com as chuvas, mas nenhuma medida de prevenção foi tomada, como contenção de encostas, drenagem, construção de barragens e desassoreamento do leito dos rios, estudos de áreas de risco, criação de reservas florestais nas margens dos rios, dentre outras.

Ao contrário, a resposta do governo tem sido a privatização. No estado, a Corsan (companhia

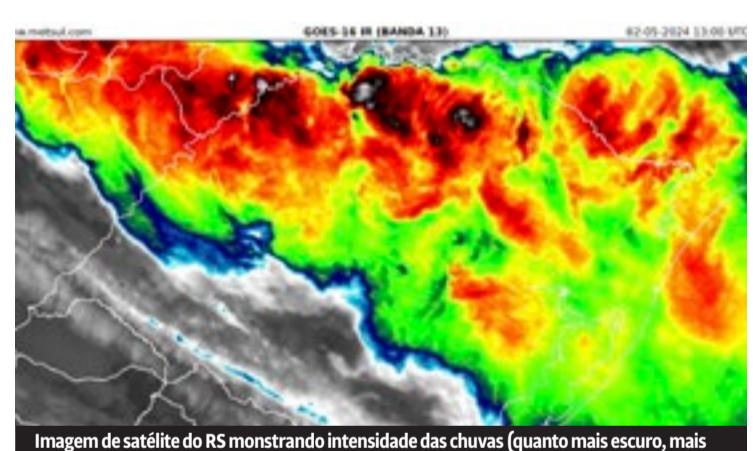


Imagem de satélite do RS mostrando intensidade das chuvas (quanto mais escuro, mais intensa) do dia 2 de maio.

responsável pelo fornecimento de água e esgoto para maioria dos municípios) e a CEEE (responsável pelo fornecimento de energia) foram privatizadas recentemente e os efeitos nefastos já podem ser sentidos. Sem investimentos em prevenção, melhoria dos serviços e capacitação dos funcionários, a cada evento climático (que, às vezes, sequer precisa ser muito forte) ficamos sem água e luz.

Nos últimos tempos, tem sido comum que bairros e cidades fiquem dias e até sema-

nas sem luz. Cidades do Sul do estado, como Cerrito, Jaguário e Pelotas, estão com regiões inteiras sem luz, desde as tempestades de 21 de março, e sem qualquer previsão de volta.

Os prejuízos são enormes, com perdas de alimentos nas residências e pequenos comércios, de medicamentos que necessitam ser armazenados em refrigeradores, sem falar nas dificuldades para o atendimento aos feridos, desabrigados e desalojados. Tudo isso agrava ainda mais a catástrofe atual.

SAÍDA

Programa imediato para enfrentar a catástrofe

- Imediata assistência aos atingidos, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução das residências e locais destruídos.

- É necessário enfrentar a especulação imobiliária, desapropriar residências em áreas seguras que, hoje, só servem para a especulação, para garantir moradias dignas à população pobre, além de reparar os prejuízos dos que já foram atingidos.

- Zerar o déficit habitacional, expropriar os imóveis dos grandes capitalistas, usados para a especulação imobiliária.

- Como parte da solução dos problemas de infraestrutura e reconstrução das casas, estradas e pontes, defendemos o não pagamento da ilegítima da dívida pública. Assim, seria possível financiar um plano estatal de prevenção às mudanças climáticas; como também um

plano de obras públicas para reconstrução das casas atingidas e construção de novas residências, para quem vive em área de risco.

- Reestatização da CEEE (eletricidade) e da Corsan (água e esgoto), sem indenização para os empresários e sob controle dos trabalhadores e usuários, para que atendam às necessidades da maioria da população.



Dezenas de cidades gaúchas estão debaixo d'água.

O AGRO É DESTRUÇÃO

Agronegócio amplia crise climática

Se mundo afora a indústria é o maior emissor de gases de efeito estufa, aqui no Brasil o modelo de agricultura capitalista, o agronegócio, é o principal responsável pelas emissões.

Segundo o Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG), em 2022, as mudanças de uso da terra (incluindo o desmatamento em todos os biomas brasileiros), respondem por 48% do total nacional de emissões, seguido pela agropecuária, com 27% das emissões

do país. Ou seja, o agro, sozinho, emitiu 75% dos gases de efeito estufa no país.

E isso se faz com muita destruição ambiental de biomas, como o Cerrado (a "caixa d'água do Brasil"), do Pantanal e da Amazônia (essencial para regulação do clima no planeta). Essa destruição é financiada pelos governos. Por exemplo, o governo Lula anunciou R\$ 364 bilhões, através do Plano Safra, em 2023 – o maior orçamento da história. Todo esse dinheiro vai servir, dentre outras coisas, para finan-

ciar a destruição dos biomas, particularmente da Amazônia.

Ao mesmo tempo, toda essa destruição acaba alterando o regime de chuvas no Brasil, causando secas no Sudeste e Centro Oeste e, consequentemente, quebras de safras, como ocorreu no ano passado. Além disso, causam uma intensificação das ondas de calor e produzem chuvas torrenciais no Sul do país. Ou seja, o modelo de agricultura capitalista é tão irracional que ameaça as regiões de maior produção do setor.



Ondas de calor e secas afetam o próprio agronegócio que mantém sua ferocidade destrutiva contra a Amazônia e o Cerrado.

CRISE DO CAPITAL



Socialismo ou colapso ambiental

Atualmente, todas as tragédias ditas naturais que ocorrem no mundo são cada vez mais graves. Tudo isto nos dá a dimensão e a urgência de enfrentarmos a catástrofe climática, que passa, obrigatoriamente, por mudanças profundas na forma de produção e relação com a natureza, inclusive atacando o agronegócio.

O PSTU se solidariza com todas as vítimas, se soma nas ações de solidariedade aos desabrigados que estão sendo cha-

madas e se compromete a seguir exigindo dos governos investimento de recursos nas medidas preventivas.

Ao mesmo tempo, fazemos um chamado à reflexão: está em nossas mãos (dos explorados, dos oprimidos e da juventude precarizada) mudar os rumos da história da humanidade. Sem romper o ciclo expansionista da acumulação de capital e usar a riqueza produzida pelos trabalhadores e trabalhadoras, para

atender às necessidades coletivas da sociedade, ao invés de ser apropriada pela burguesia, a civilização caminhará para a completa catástrofe.

É preciso que rompamos com o capitalismo e construamos uma sociedade socialista. Até que isto aconteça não haverá racionalidade na relação com a natureza.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/4DS5RZ4](https://bit.ly/4DS5RZ4)

NÃO PERCA!



Canal no YouTube vai tratar de meio ambiente, marxismo e revolução

A catástrofe ecológica e climática provocada pelo capitalismo ameaça a humanidade. Mas é a população pobre e vulnerável que será mais castigada. O Canal Ecologia & Política Marxista se propõe a analisar a crise sob o ponto de vista marxista, demonstrando quem são os principais responsáveis pela situação alarmante e propondo a superação do capitalismo.



@eco.politicamarxista



@EcologiaPoliticaMarxista



Acesse o QR-CODE
e confira os conteúdos

PALESTINA

Gaza resiste, saúda levante estudantil e conclama por Intifada nas universidades



SORAYA MISLEH,
DE SÃO PAULO (SP)

“Nós, os estudantes de Gaza, saudamos os estudantes da Universidade de Columbia, da Universidade de Yale, da Universidade de Nova York, da Universidade Rutgers, da Universidade de Michigan e de dezenas de outras universidades nos Estados Unidos, que se estão se levantando em solidariedade com Gaza, para colocar um fim ao genocídio sionista-americano contra o nosso povo.”

Assim, 13 organizações estudantis da estreita faixa de Gaza saudaram, em um comunicado, na semana passada, o levante universitário que

ganhou força e expressão nos EUA, resultando em acampamentos da juventude em cerca de 40 instituições, cuja represão tem aprofundado a crise do imperialismo.

A mobilização, que tem inspirado ações na mesma direção em países europeus (como França e, agora, também no Reino Unido), além da Austrália e do Canadá, trouxe nova esperança ao povo palestino de Gaza, cuja metade de seus 2,4 milhões habitantes tem menos de 18 anos.

OBRIGADO, ESTUDANTES!

“Enquanto permanecemos sob as bombas da ocupação, resistindo ao genocídio nazi, lamentando os nossos cole-

gas e professores martirizados, e testemunhando a destruição das nossas universidades, saudamos os exemplos de solidariedade oferecidos por estudantes que estão enfrentando prisões, violência policial, suspensões, despejos e expulsões”, enfatizaram os estudantes em sua declaração, acrescentando a importância desse processo, em especial no “coração do Império”. Assim, reforçaram: “A partir daqui, de Gaza, nós vemos vocês e os saudamos.”

Ao sétimo mês do genocídio, com mais de 40 mil palestinos mortos pelas bombas e balas do Estado terrorista de Israel – cerca de 70% mulheres e crianças –, 103 escolas e uni-



LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3YBYB2Z](https://bit.ly/3YBYB2Z)

versidades de Gaza foram destruídas, segundo informações oficiais da Palestina ocupada.

O levante estudantil que se espalha é visto como algo que carrega os ventos da mudan-

ça, em meio a tanto morticínio e, também, é lembrado em protestos nos países árabes, que desafiam seus tiranos e a normalização com o Estado genocida de Israel.

COMEMORAÇÃO

Crianças, as maiores vítimas do genocídio sionista, vibram com acampamentos



Crianças em Gaza agradecem aos estudantes dos EUA.

Palestinos de Gaza também encontraram uma outra maneira de dar visibilidade a este sentimento em meio aos deslocamentos e desabrigados. Obrigados a viver em acampamentos, expulsos de seus bairros, campos de refugiados e locais, empurrados cada vez mais para Rafat, no sul de Gaza, muitos escreveram em suas tendas: “Obrigado, estudantes!”, “De Rafat, enviamos-lhes força!” ou, ainda, “As crianças de Gaza estão orgulhosas de vocês!”

A Universidade de Columbia, onde iniciou o levante dos

estudantes (leia ao lado), foi lembrada nas tintas sobre as tendas palestinas, assim como em cartazes e folhas apresentadas em vídeos nas redes sociais por crianças de Gaza – as maiores vítimas do genocídio, com aproximadamente 20 mil martirizados, milhares de órfãos e amputados (sem anestesia, já que todo o sistema de saúde está em nível catastrófico, diante da destruição sionista).

“NUNCA VOLTEM ATRÁS!”

Deslocada mais de oito vezes desde o início do genocídio em Gaza, a jornalista Bisan

Owda, de 25 anos, gravou um vídeo, expressando a firmeza e persistência de seu time de heróis palestinos.

“Vivi toda a minha vida na Faixa de Gaza e nunca senti tanta esperança como agora. Pela primeira vez nas nossas vidas, como palestinos, ouvimos uma voz mais alta do que as suas vozes [da ocupação] e o som das suas bombas... São as crianças e os jovens que lideram o movimento agora, por uma Palestina livre, colocando tudo o que têm em risco para exigir justiça, o fim do genocídio e uma nova era no

mundo.”, disse Bisan.

No vídeo, ela diz que começa a sonhar com o encontro de seu povo, fragmentado há 76 anos, de Gaza a Haifa e Akka, duas das cidades palestinas ocupadas em 1948. Testemunha da nova fase da Nakba – a catástrofe palestina, cuja pedra fundamental é a formação do Estado racista e colonial de Israel, em 15 de maio daquele ano – a jovem Bisan continua: “Estudantes, o mundo inteiro está assistindo. E vocês inspiram a todos nós. Não parem! Nunca voltem atrás!”

PALESTINA LIVRE!

Que os ventos da resistência e rebeldia palestinas varram o mundo

Vindo de um povo cuja resistência heroica e histórica é inspiração para oprimidos e explorados em todo o mundo, não poderia haver maior incentivo para aquilo que os palestinos conclamam: uma Intifada [levante popular] estudantil.

Eles dão o exemplo: na Universidade de Birzeit, na Cisjordânia ocupada – em que a limpeza étnica sionista avançou ainda mais nestes sete meses, com centenas de mortos, milhares de feridos e presos políticos, ataques violentos contra aldeias por parte de colonos sionistas –,

expulsaram o embaixador alemão Oliver Owcza do campus, atirando sapatos contra ele.

Contra a “palestinização do mundo”, a resposta é a resistência. Essa é uma das principais ideias defendidas pelo cineasta Elia Suleiman, com o filme “O paraíso deve ser aqui” (2019).

Em suas palavras, vivemos, mundo afora, “a tensão aumentando em todos os lugares”, em meio a uma economia global mais extrema e brutal em sua opressão e exploração.

Diante disso, é que continuamos lutando para que seus ventos alcancem com for-

ça a juventude e a classe trabalhadora, desde os EUA ao Brasil. O governo Lula deve romper imediatamente relações políticas, diplomáticas e econômicas com o Estado de Israel! Pelo fim da cumplicidade com o genocídio. Rumo à Palestina livre, do rio ao mar!

CONTRA O GENOCÍDIO

Estudantes norte-americanos se manifestam em defesa da Palestina



Os acampamentos tem reunido a presença contínua de algumas centenas de estudantes

**CARLOS SAPIR, DO WORKERS' VOICE / LA VOZ DE LOS TRABAJADORES (EUA)***

Ao redor dos Estados Unidos, estudantes têm enfrentado as administrações das suas universidades e a polícia para contestar o apoio destas instituições ao Estado de Israel e sua guerra genocida contra o povo palestino.

A erupção destes protestos tem sido tão espantosa que os meios de comunicação têm tido dificuldade em contabilizar o número total de campi e de estudantes envolvidos neles. No momento em que escrevemos este artigo, no dia 1º de maio, a lista incluía 49 faculdades e universidades norte-americanas e dez internacionais, na Europa e na Austrália.

ACAMPAMENTOS E OCUPAÇÕES SE ENFRENTAM COM FORTE REPRESSÃO

Nestas universidades, os estudantes tentaram montar

acampamentos e ocupar espaços em áreas externas (ou, em alguns casos, em edifícios administrativos). Embora alguns destes acampamentos tenham sido autorizados a continuar pacificamente, a maioria foi imediatamente atacada pelas forças policiais, que muitas vezes conseguiram dispersar os acampamentos e prender os participantes. Isso, contudo, apenas para que os estudantes os restabelecessem mais tarde.

Estudantes de instituições como Emory (na Geórgia), Universidade do Texas, em Austin, e Universidade do Estado de Ohio enfrentaram agressões brutais por parte da polícia, incluindo a utilização de gás lacrimogêneo e relatos de manifestantes que, mesmo depois de algemados, foram atingidos pelas armas de choque da polícia.

Houve detenções em mais de 30 campi em todo o país, culminando com a prisão de mais de 300 estudantes na cidade de Nova York, na noite de 30 de abril. Muitas universidades também já fizeram ameaças contra os estudantes, tanto no que se refere às suas vidas acadêmicas quanto em relação aos vínculos profissionais com as instituições [através de bolsas, projetos de pesquisas etc.], caso continuem participando nos protestos. Algumas suspensões já foram aplicadas.

A repressão foi apoiada e ecoada por políticos israelenses e norte-americanos, que acusam o movimento de antissemitismo (apesar da presença significativa e atuante de estudantes judeus nos próprios acampamentos), denunciando seus participantes como "nazistas", ao mesmo tempo em que apoiam o envio de tropas de choque para dentro das universidades.

UNIDADE OPERÁRIO-ESTUDANTIL

A importância da unidade com a classe trabalhadora

Ao redor dos Estados Unidos, trabalhadores e trabalhadoras estão agitados com o que estão vendo acontecer na Palestina e nos campi universitários, mesmo que nem todos estejam prontos para se juntarem a um acampamento.

Enquanto os estudantes de Yale e da Universidade de Connecticut organizavam acampamentos, no fim de semana do dia 27, a "Coalizão de Solidariedade à Palestina de Connecticut" organizou

uma marcha com milhares de pessoas, uma das maiores que o estado já viu.

As pessoas estão legitimamente indignadas com a repressão aos protestos pacíficos, uma liberdade democrática que acreditavam ter; mas que, agora, estão vendo ser arrancada por polícias fortemente armados.

Existe oportunidade para vincular o movimento estudantil às lutas operárias mais amplas, através de campanhas de defesa, incluindo a apro-

vação de resoluções ou a assinatura de petições, e a mobilização física, em piquetes de defesa das liberdades civis. Além disso, seriam possíveis ações de massas, que exijam o fim imediato do financiamento dos EUA a Israel e a retirada de todas as acusações contra os manifestantes.

AVANÇAR EM UM MOVIMENTO DEMOCRÁTICO E UNIDO À CLASSE TRABALHADORA

Precisamos de espaços no movimento que permitam a discussão política e democrática e a tomada de decisões. Espaços que sejam acolhedores para pessoas que não se considerem socialistas ou anti-imperialistas, porque essa é a única forma de construirmos um movimento que se torne algo com o poder de mudar a sociedade e não apenas uma reunião para ativistas que já estejam empenhados e dispostos a entrarem em ação, quando o momento o exigir.



Estudantes da Columbia University acampados em solidariedade ao povo palestino

Movimentos como este têm sido o ponto de encontro histórico de estudantes e trabalhadores, onde podemos coordenar melhor uma luta vitoriosa. Foi isto que deu ao movimento contra a Guerra do Vietnã a perseverança e permanência que contribuíram tanto para a retirada das tropas norte-americanas quanto para deixar uma marca cultural tão profunda que, ainda hoje, as pessoas o têm como ponto de referência.

A tarefa que temos pela frente é ir além das comparações retóricas com as gerações de lutas passadas; aprender, efetivamente, com os êxitos daquela época; e aproveitar as oportunidades atuais, para ultrapassá-los e conquistar um futuro sem apartheid nem capitalismo.

- Fim da ajuda dos EUA a Israel!
- Fim da guerra em Gaza!
- Parem de prender os

manifestantes! Libertem todos e todas! Não à polícia no campus!

— Reintegração de todos os estudantes e professores que enfrentam retaliações!

— Por uma Palestina unitária, democrática e não sectária!

* Tradução: Wilson Honório da Silva

SAIBA MAIS



Leia texto completo no Portal do Opinião Socialista

1º DE MAIO

CSP-Conlutas realiza atos independentes, classistas, internacionalistas e de luta pelo país

 DA REDAÇÃO,

O “1º de Maio” é uma data emblemática para a classe trabalhadora. É um dia para lembrar a luta constante que os trabalhadores e trabalhadoras desenvolvem contra o capitalismo, um sistema opressor e violento e que leva sofrimento e miséria à quase totalidade da humanidade.

No entanto, hoje, importantes setores do movimento operário no Brasil e no mundo tentam apagar o passado e a tradição do “1º de Maio”, um dia historicamente marcado pelas lutas dos trabalhadores de todo mundo e símbolo do internacionalismo proletário.

O “1º de Maio” foi marcado por protestos e manifestações em todo mundo. Aqui, no Brasil, a construção do Dia Internacional do Trabalhador foi marcada pela disputa entre dois projetos.

De um lado, o projeto das grandes e burocráticas centrais sindicais e dos partidos que compõem a Frente Ampla (PT, PCdoB e PSOL), que transformaram um dia de luta em um dia festa e conciliação com governos e patrões, com a presença do presidente Lula e com con-

vites a políticos bolsonaristas, como o governador de São Paulo Tarcísio de Freitas (Republicanos).

Do outro, um “1º de Maio” marcado pela luta política, em atos encabeçados pela CSP-Conlutas e suas entidades e movimentos filiados, o PSTU e outras organizações políticas, que convocaram manifestações e protestos internacionalistas e socialistas, independentes de governos e patrões.

ATOS SEM PATRÕES OU GOVERNOS, MAS COM MUITOS LUTADORES E LUTADORAS

“A nossa luta é para construirmos uma alternativa socialista. Nunca vamos convidar governantes e patrões para o nosso ato. Não vamos convidar Lula nem Tarcísio e nem grandes empresários. Nossa convite é para os trabalhadores e trabalhadoras, para os servidores públicos federais que, neste momento, realizam uma greve contra o governo Lula”, afirmou o metroviário Altino Prazeres, pré-candidato a prefeito de São Paulo pelo PSTU.

“Aqui estão os servidores públicos de São Paulo, que fizeram greve contra o prefeito Ricardo Nunes (MDB). Aqui estão grevistas e lutadores que se enfrentam com o



O ato realizado em São Paulo reuniu centenas de ativistas de diversas categorias e setores populares

governador Tarcísio, que quer privatizar o metrô, o trem e a água. Por isso, temos que seguir a nossa batalha por uma outra sociedade, onde a riqueza produzida por nós, trabalhadores, fique em nossas mãos e não com um punhado de bilionários. Nós podemos mudar o mundo, não será essa esquerda institucionalizada e nem a ultradireita que irão apontar o caminho de liberação da classe trabalhadora. Viva o 1º de Maio, viva a luta internacional da classe trabalhadora”, completou.

O ato realizado em São Paulo, em frente ao Teatro Municipal, reuniu centenas de ativistas de diversas categorias e setores populares:

operários do Vale do Paraíba, servidores públicos, bancários, moradores de ocupações populares, a juventude estudantil e a juventude do movimento “Vida Além do Trabalho” (VAT), que luta pelo fim da escala de trabalho “6x1”.

PELO BRASIL

Manifestações de classe e de luta contra os governos e patrões foram realizadas de Norte a Sul do Brasil. A militância do PSTU participou ativamente na construção e na convocação desses atos.

No Norte, foram realizados atos em Belém (PA), Manaus (AM), Macapá (AP) e Boa Vista (RR). No Nordeste, aconteceram manifestações em São

Luís (MA), Teresina (PI), Natal (RN), João Pessoa (PB), Maceió (AL), Aracaju (SE), Salvador (BA) e Alagoinhas (BA).

Em Brasília, o ato uniu as categorias dos servidores públicos federais em greve. Em Vitória (ES), a manifestação foi junto aos servidores técnicos-administrativos da universidade federal, também em greve. Manifestantes também foram às ruas em cidades como Rio de Janeiro (RJ) e Belo Horizonte (MG). Protestos foram realizados em Curitiba (PR) e em Florianópolis (SC), que têm uma agenda de lutas unificada entre as categorias em greve: servidores públicos federais e os professores da rede estadual de ensino.

INTERNACIONAL

Todo apoio ao povo palestino!

O apoio à resistência palestina foi uma pauta presente nos atos classistas país afora. Em São Paulo, a jornalista palestino-brasileira Soraya Misleh, da Frente Palestina e militante do PSTU, ressaltou a importância de seguir as mobilizações solidárias, já que o genocídio praticado pelo Estado de Israel contra o povo palestino em Gaza, continua.

Foram feitas também cobranças ao governo Lula. “Hoje, em todo o mundo, é importante exigir que os governos rompam relações diplomáticas, econô-

micas e militares com o Estado genocida de Israel. Lula tem que romper as relações, já. Sem essa ação efetiva, os governos seguirão fazendo jogo de cena e, na prática, continuarão acobertando os crimes do Estado israelita”, disse Soraya.

“É preciso intensificar a solidariedade ao povo palestino, como estão fazendo os estudantes nos EUA, com as ocupações nas universidades, ação que já se espalha para outros países. Somente com a unidade internacional da classe trabalhadora podere-



A jornalista palestino-brasileira Soraya Misleh fala no ato do ‘1º de Maio’, em São Paulo (SP)

mos derrotar Israel e conquistar não apenas o cessar-fogo e o ingresso da ajuda humani-

tária em Gaza; mas, também, a libertação de toda a Palestina, do rio ao mar”, finalizou.

**LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3UIGFIZ](https://bit.ly/3UIGFIZ)**